

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade.

Movimento pela Soberania Popular Frente a Mineração (MAM) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): um estudo comparativo sobre a formação e organização.

Nome: Bianca Michalsky Martins¹

Universidade Federal de Lavras

e-mail: michalskybianca@gmail.com

Nome: Patrícia Aparecida Ferreira²

Universidade Federal de Lavras

e-mail: paf@ufla.br

Nome: Júlia Moretto Amâncio³

Universidade Federal de Lavras

e-mail: julia.moretto@ufla.br

Nome: Mayara Miranda dos Santos⁴

Universidade Federal de Lavras

e-mail: mamisa10@hotmail.com

Nome: Mariane Beatriz Silva Teixeira⁵

Centro Federal de Educação MG

e-mail: marianebeiteixeira@gmail.com

RESUMO

Ao longo do desenvolvimento político, econômico e social do país, vários atores surgiram e têm desempenhado um papel relevante no processo de gestão de políticas públicas, como por exemplo, os movimentos sociais, que tiveram suas origens em momentos diferentes da história. Este estudo teve como objetivo o desenvolvimento de uma análise comparativa da formação histórica e da organização do Movimento pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de modo a delimitar suas implicações para as políticas públicas que visam os direitos dos atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil, por meio de uma pesquisa qualitativa realizada com lideranças de ambos os movimentos. Os resultados apontaram que apesar da constituição de cada um dos movimentos estudados ter ocorrido em momentos distintos, a formação e organização de ambos se deu de forma muito semelhante, ou seja, surgiram a partir da necessidade da população atingida pelos grandes empreendimentos, para lutar por direitos violados e com propostas de políticas públicas mais justas.

Palavras chave: Movimentos Sociais, Histórico, Barragens, Mineração, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Throughout the political, economic and social development of the country, several actors have emerged and have played a relevant role in the process of public policy management, such as social movements, which had their origins at different times in history. This study aimed to develop a comparative analysis of the historical formation and organization of Movement for Popular Sovereignty against Mining (MAM) and Movement of People Affected by Dams (MAB), in order to delimit their implications for public policies aimed at the rights of those affected by mining and hydroelectric projects in Brazil, through a qualitative research carried out with leaders of both movements. The results showed that although the constitution of each of the movements studied took place at different times, the formation and organization of both took place in a very similar way, that is, they emerged from the need of the population affected by large enterprises, to fight for violated rights and with proposals for fairer public policies.

Keywords: Social Movements, History, Dams, Mining, Public Policies.

[Submetido em 05-03-2022 – Aceito em: 11-05-2022 – Publicado em: 15-07-2022]

¹ Graduação em Administração (UFLA) [(2017)], Mestrado em Administração (UFLA) [(2020)].

² Graduação em Administração (UFLA) [(2005)], Mestrado em Administração (UFLA) [(2007)], Doutorado em Administração (UFLA) [(2011)].

³ Graduação em Ciência Política (UNICAMP) [(2005)], Mestrado em Ciência Política (UNICAMP) [(2008)], Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP) [(2013)].

⁴ Graduação em Administração (UFLA) [(2021)].

⁵ Graduação em Administração Pública (UFLA) [(2020)].

1 Introdução

Ao pensar na relação entre Estado e Sociedade Civil, no que se refere ao processo das políticas públicas, nota-se que essa interação está posta a um complexo processo histórico, visto que cada ator tem interesses e particularidades próprias, mesmo sendo interdependentes. Dentro dessa relação, vale destacar os movimentos sociais como atores sociais, que em interação com o Estado podem construir e/ou interferir no desenho das políticas públicas (LEMOS; FACEIRA, 2015).

Como atores sociais organizados, os movimentos sociais buscam permanência temporal e aspiram se estruturar sob forma de redes de militância, trabalhando em prol da organização de objetivos políticos e culturais em comum, tendo como foco mobilizar os cidadãos na luta pelas transformações sociais. Os movimentos sociais não podem ser confundidos como sinônimos de manifestações de rua, visto que essas podem ser instrumentos de mobilização dos movimentos sociais, mas nem toda manifestação de rua é organizada por movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2014). Os movimentos também não são simplesmente grupos de identidades e interesses, mas são atores sociais e políticos que procuram também combinar e lutar por reivindicações coletivas, buscando mostrar que a população é numerosa e merecedora de diversos direitos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009)

Ao lutarem por suas demandas, muitas vezes pautadas em direitos sociais, políticos e civis, entre outros, os movimentos sociais precisam se relacionar com o Estado e participar das fases que compõe o ciclo de política pública. Conforme descrevem Abers, Serafim e Tatagiba (2014), os movimentos sociais expressam as demandas da sociedade e desempenham um papel relevante nos processos de políticas públicas. Políticas públicas ou a falta delas podem influenciar no surgimento, desenvolvimento e/ou atuação dos movimentos sociais, incidindo, assim, em sua configuração.

Dentre as inúmeras questões no contexto brasileiro que demandam a formulação de políticas públicas, destaca-se a problemática enfrentada pelos atingidos por grandes empreendimentos hidrelétricos e minerários (MILANEZ, 2013; VAINER, 1992). Os impactos causados pelas hidrelétricas são inúmeros, como por exemplo, a mudança na demografia das regiões de locação, causando desapropriações e rupturas dos processos sociais, perdas irreversíveis na fauna e flora, além dos impactos cumulativos (abuso de álcool e droga, depressão, suicídio, violência e aculturação) (BORTOLETO, 2001; QUEIROZ, MOTTA-VEIGA, 2012). Com relação aos impactos causados pela mineração observa-se a proliferação de doenças, os problemas trabalhistas, o crescimento desordenado do município, o inchaço populacional, o aumento da violência e da prostituição, o empobrecimento da população, o trabalho infantil, poluição da água, do solo e do ar, os prejuízos ao ecossistema, o assoreamento de rios, disposição inadequada de rejeitos, desmatamento, extinção de espécies (vegetais/animais), entre outros (ARAÚJO; OLIVIERI; FERNANDES, 2014).

Dessa forma nota-se que são inúmeros os impactos e, se comparados entre si, há muitos pontos em comum. Com intuito de diminuir esses impactos e lutar pelos seus direitos, foram criados em 1991 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM) em 2012.

O MAB é considerado uma organização representativa, organizada e presente em

todas as regiões do Brasil, englobando populações como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, trabalhadores rurais, camponeses e as populações urbanas afetadas de alguma forma, por questões relacionadas a construção e operação de barragens para a produção de energia elétrica por meio de hidrelétricas (MAB, 2018)

Como um movimento autônomo, articulador, com grande peso político e pautado por fortes atributos populares (ZEN, 2007), o MAB, segundo Vainer e Araujo (1992), representa um dos principais movimentos populares, no que se refere a questões ambientais no Brasil. Esse movimento teve seu início do final da década de 70, durante a ditadura militar, período em que os direitos civis e políticos foram violados. Mas ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, várias formas de luta e revolta foram organizadas por grupos da sociedade civil, surgindo várias forças importantes, como o Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O período da Ditadura Militar também foi marcado por uma grave crise energética a nível mundial. No Brasil, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Dessa forma iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país. No entanto, o estudo, não contava com uma proposta de indenização adequada para as famílias que viviam nas proximidades dos rios, havendo a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas sem o amparo devido. Essa situação determinou o surgimento de focos de resistência onde as obras estavam sendo construídas e essas experiências de luta local foram de extrema relevância para o processo de articulação entre as comunidades. Da organização desses grupos, em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, no qual foi decidido pelos seus integrantes, a constituição de uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens (MAB, 2018).

Já o MAM é um movimento mais recente e que se organiza a partir de uma plataforma política de soberania popular sobre os bens naturais do povo brasileiro, fazendo com que o povo lute contra essa exploração, que “depreda e se apossa e mercantiliza a natureza”. Buscando formar uma rede ou aliança entre os explorados pela empresa de mineração, que são, de forma geral os trabalhadores e os atingidos em diversos territórios da sociedade (MAM, 2018). Esse movimento iniciou-se em 2012, no estado do Pará, devido ao enfrentamento do Projeto Grande Carajás, implementado pela Vale.

Dessa forma, o crescimento acentuado das atividades mineradoras na última década no Brasil acarretou inúmeros impactos, devido, principalmente, à violação dos direitos humanos e conflitos nos territórios onde a mineração se instaurou. Diante do exposto, um grupo de militantes ligados à articulação da Via Campesina Brasil, começou a se dedicar na criação, de forma consolidada, de um movimento que pautasse unicamente essa complexa estrutura da mineração no Brasil. Vale ressaltar que são mais de quatrocentos anos de mineração no Brasil, porém a população brasileira nunca logrou um maior controle sobre a extração desse bem natural do país, que são os minerais. A exploração sempre aconteceu de modo subordinado, devido à lógica do capitalismo totalmente dependente, colocando o Brasil como exportador dessas matérias-primas, o que compromete a soberania do movimento de diferentes formas (MAM, 2018).

A partir desse breve contexto, este artigo tem como objetivo fazer uma análise comparativa da formação histórica e organização do MAM e MAB, de modo a delimitar as

implicações para as políticas públicas que visam os direitos dos atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil.

2 Formação de Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Os movimentos sociais surgem, por meio das ações coletivas, em busca de mudanças societárias, culturais ou sistêmicas. Esses existem devido a conflitos, sejam essas sociais, econômicos, ambientais entre outros, nos quais vão contra princípios da modernidade, especialmente, em relação à questão da ordem social (WARREN, 2010). Para reforçar esse pensamento Wanderley (2011, p.8) mostra que:

Os movimentos sociais populares insurgentes na Amazônia e no Brasil são organizações civis em defesa da cidadania e dos direitos sociais e ambientais, como os grupos de desterritorializados, expropriados e sem terra: os movimentos de trabalhadores rurais, os atingidos por barragens, estradas, bases militares, mineração ou outro grande projeto; os grupos étnico-culturais (populações tradicionais ou povos da floresta): movimento quilombola, indígena, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, mulheres agricultoras etc.; e ainda os movimentos associados à problemática ambiental: ambientalista, justiça ambiental, deserto verde, atingidos por barragem, etc. Cabe ressaltar que um único movimento pode assumir mais de uma identidade, objetivos de luta ou discursos.

Além disso, são sistemas de ação que atuam em uma sociedade ordenada por possibilidades e barreiras, sendo que o modo como esses atores se formam e se relacionam, por meio de suas orientações, oportunidades e as coerções sistêmicas devem ser observadas como ponto crítico, pois a partir desses pontos eles vão construindo seu legado e sendo consolidados socialmente (MELUCCI, 1989).

Como caminhos de expressão e de reivindicações históricas, muitos movimentos sociais do século XXI têm surgido como figuras coletivas que demandam uma democratização social, cujo foco não são os planos em forma de leis, mas sim os costumes, ou seja, em busca de uma mudança cultural de longo prazo, coordenada e aplicada na sociedade civil, visando a troca de pensamentos e ideologias enraizadas culturalmente, que muitas das vezes são prejudiciais às minorias (ALONSO, 2009).

No Brasil, os movimentos sociais têm seu destaque pela luta por caminhos participativos e pela construção de sistemas descentralizados de políticas sociais, que contam com a participação da sociedade para obtenção do controle público. Em geral, os movimentos sociais reivindicam ambientes mais participativos por meio de propostas mais concretas e planejadas, lutando para não serem “engolidos” por aqueles que estão no poder (Estado, partidos políticos, etc.) (ALBUQUERQUE, 2012). Dessa forma, vale lembrar que:

Não há atores ou grupos inerentemente orientados para movimentos sociais, mas apenas situações, capacidades e restrições que fazem surgir atividades de movimento social. Segundo, à medida que essas situações, capacidades e restrições se desenvolvem, os mesmos grupos que agem nas ruas e montam barricadas podem ser encontrados em grupos de pressão, escritórios de jornais e em partidos políticos. Terceiro, esses vários tipos de atividades podem ser combinados no

repertório dos mesmos grupos e podem até ser empregados simultaneamente. Quarto, os movimentos podem cooperar com os partidos e grupos de interesse, competir com eles por apoio ou tentar ocupar o mesmo espaço político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.33).

Ademais a formação dos movimentos sociais pode gerar inúmeras consequências políticas ao Estado, como por exemplo, mudanças nas políticas públicas, a começar na formação da agenda política, na legislação e implementação, nas instituições políticas, na política partidária e nos regimes políticos, entre inúmeros outros atores, que podem compor ou realizar parcerias com os movimentos sociais. Fortalecendo assim o pensamento que a interconectividade ou interdependência entre opinião pública, atividades do movimento e ação dos legisladores explicam as inúmeras mudanças na política e nas políticas públicas (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016). Mas essas consequências e relações não são sempre positivas e fáceis de serem regidas, devido, principalmente, a disputa de poder e falta de apoio entre esses atores (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Como observam Mcadam, Tarrow e Tilly (2009,) os movimentos podem competir por poder/apoio, mas em sua maioria são concebidos a partir das relações de poder entre grupos dominados e dominadores. Dessa forma, como meio de reforçar essa relação de poder, os autores argumentam que “um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso” (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.21). Esse poder pode ser usado em prol dos movimentos, principalmente, para desencadear mudanças sociais e inovação no ciclo de política pública. Além disso, esses atores possuem muitos saberes devido às suas experiências práticas cotidianas e que podem ser utilizadas também como força produtiva. Os movimentos sociais são, portanto, forças essenciais na sociedade moderna, além de serem provedores de uma nova ordem social, podem desconstruir as visões antigas e conservadoras que os movimentos sociais seriam agentes perturbadores da ordem, em alguns casos ainda são tratados dessa forma por políticos tradicionais e conservadores, mas essa realidade vem sendo desconstruída (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009).

Dessa forma, para entender melhor esse personagem denominado movimento social, é necessário entender três elementos que são o conflito, a solidariedade e o rompimento do sistema. A partir desses três elementos é possível reconhecer o papel dos movimentos sociais, como promotores de mudanças e atores do ciclo de políticas públicas. O primeiro elemento, o conflito, é comum na relação entre diversos atores, mas a mediação desse é necessária para alcançar um equilíbrio, que pode ser obtido por meio da solidariedade que está diretamente ligada à capacidade dos diversos atores partilharem uma identidade coletiva, ou seja, capacidade de reconhecer e ser reconhecido com uma parte da mesma unidade social, e para alcançar um sistema menos conflituoso e mais equilibrado é necessário romper com o sistema vigente, em prol dos dois pontos explicados anteriormente. Uma das maneiras para alcançar esses objetivos é trilhar caminhos mais participativos, incentivar os movimentos sociais a realizar práticas mais participativas (MELUCCI, 1989).

Scherer-Warren (2014) complementa que os movimentos sociais organizados possuem um arranjo institucional e buscam a constância temporal, e têm como intuito principal a construção de projetos em busca de mudança social, política e cultural.

Os arranjos institucionais mais participativos que relacionam os movimentos sociais, cidadão e a atuação nas manifestações públicas têm mostrado melhorias das políticas institucionais e governamentais. Por meio dessas relações, formam-se articulações políticas mais abrangentes, conseguindo atender várias demandas sejam essas regionais, nacionais e até internacionais, tornando as políticas e suas pautas mais diversificadas devido à cooperação com outros atores ou movimentos (SCHERER-WARREN, 2014). Dessa maneira, percebe-se que as junções desses dois importantes componentes sociais, que são as políticas públicas e os movimentos sociais, são de ampla relevância e tem grande potencial para realizar mudanças no quadro social vivenciado, sendo que essa ação conjunta acarreta um aumento desta potencialidade (MALFITANO, 2004).

Buscando fortalecer esse argumento e melhor explicitá-lo, Amenta et al. (2010) mostram a importância dos movimentos sociais e de suas mobilizações, e o quanto isso pode interferir nas políticas públicas, mas chama atenção, alegando que as mudanças, seja essa qual for, deve ser gradual, argumentada e democrática, ou seja, o processo tende a ser lento e requer apoio da sociedade. Um dos caminhos mais utilizados nessa situação é incrementar algumas políticas públicas já vigentes para que consigam atender à demanda da sociedade e do movimento.

Como exposto as interferências que os movimentos sociais e as mobilizações podem gerar nas políticas são inúmeras, um exemplo é quando a sociedade ao ser mobilizada pelo movimento realiza pressão social para que suas demandas e pautas sejam priorizadas, a fim de ser adicionadas ou mantidas na agenda governamental e até mesmo que sejam transpostas em políticas públicas. Caso a política pública já esteja vigente, os movimentos sociais, por meio de redes de cooperação entre partidos políticos, igrejas, mobilização social, entre outros, podem fazer com que sejam enviados mais recursos financeiros para essas políticas, ou realizar mudanças na estrutura das políticas públicas, objetivando uma melhor abrangência para que se consiga atender as demandas sociais e do movimento de forma mais macro (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017; OLIVEIRA, 2018).

Com esse intuito, os movimentos procuram sempre serem ouvidos pela sociedade e, principalmente, pelo poder público, em prol de melhorias de acordo com as necessidades e demandas de cada grupo. Essa voz é buscada por meio de pressão ao Estado, para que esse incorpore as pautas que os movimentos vivenciam e veem como prioridades de encaminhamentos e efetivação (MALFITANO, 2004).

Para que os movimentos consigam ganhar influência e visibilidade política é necessário e importante que esses usem de meios de mobilização social, uma vez que essas mobilizações e condições políticas acabam por impulsionar os esforços produzidos pelos movimentos, porém essas mobilizações também podem gerar conflitos com os ditos “adversários” (AMENTA et al, 2010).

Para gozar de poder e voz em um determinado cenário político, os movimentos sociais devem desenvolver processos de comunicação, acordos e planejamentos. As pautas e os focos podem oscilar, mas os movimentos devem buscar sempre manter o apoio de líderes locais, figuras religiosas, entre outros, e até mesmo colaboradores que ultrapassem fronteiras (TILLY, 2010). Cada governo tem a sua forma de lidar com os movimentos sociais, dando-lhe assim maior ou menor abertura nas decisões acerca das políticas públicas. Mesmo num governo dito progressista, encontram-se dificuldades na ação conjunta entre movimento popular e poder público para se operacionalizar as

políticas públicas (MALFITANO, 2004). Dessa forma, os movimentos sociais precisam criar suas estratégias de acordo com a conjuntura política, visto que essa está em constante transformação e pode ser uma variável de grande mudança em busca dos objetivos (AMENTA et al, 2010).

Contudo vale frisar que as cobranças políticas são de todos os atores sociais, de todos os sujeitos que podem influenciar na elaboração de políticas públicas. Além dessas cobranças, existe um impasse no que se refere ao encaminhamento dessas propostas e ações, que é o bloqueio advindo dos limites do poder público e dos movimentos sociais, que vão além da efetivação concreta das políticas públicas a partir da demanda do movimento e intervenção do Estado. Dessa forma para enfrentar esse problema, é necessário partir da vontade política para a ação, assim como organizar a participação do movimento, potencializando a construção de políticas públicas que tenham como base o Estado e a sociedade (MALFITANO, 2004).

Devido a esses impasses e outros como a abundância de atores sociais envolvidos nas redes políticas, torna-se necessário criar mecanismos de coordenação de forma integrada e interinstitucional, viabilizando assim a implementação de políticas públicas em ambientes diversos. O processo de análise das políticas públicas deve levar em conta a demanda, a luta, a negociação e o outorgamento presentes no processo de elaboração, definição e implementação das políticas públicas (LEMOS; FACEIRA, 2015).

Devido a essas e inúmeras outras dificuldades encontradas pelos movimentos sociais, Giugni e Yamasaki (2009) categorizam os impactos políticos dos movimentos sociais em três tipos que são: efeito direto, efeito indireto e efeito conjunto. Eles explicam que o efeito direto é sustentado pelo argumento que os movimentos trazem impactos positivos politicamente com forças advindas de seu trabalho e sem contar com apoio externo. Já o segundo tipo que é o efeito indireto, vê os movimentos como tendo um impacto após algumas situações, que consigam influenciar em fatores do ambiente externo, que podem abrir portas para alianças políticas, opinião, apoio e que essa abertura consiga influenciar politicamente. E por último o efeito conjunto, que é advindo de mobilização e ações conjuntas por aliados e opinião pública favorável. Lembrando que o mesmo movimento pode gerar impactos diferentes de acordo com sua pauta, mas que a maioria dos objetivos alcançados são por meio do efeito conjunto. Ou seja, o impacto político é maior quando as alianças políticas e opinião pública formam um ambiente favorável para que ocorram mudanças políticas.

Esses ditos efeitos dos movimentos sociais são construídos juntamente com a trajetória dos mesmos, lembrando que cada contexto histórico e estrutural tem um efeito e é marcado por lutas, reivindicações e formas diferentes de manifestação. Um repertório de ação de um movimento significa “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22). Considerando que a sociedade é atemporal, oscilante e volátil, isso reforça a necessidade dos movimentos desenvolverem repertórios diferentes, de acordo com cada contexto e necessidade (ALONSO, 2012). Logo, os movimentos sociais desenvolvem uma trajetória marcada por inúmeros fatores e contextos.

Os movimentos sociais tendem a criar uma cultura participativa e democrática que extinga as velhas estruturas institucionais, por meio de novos horizontes com responsabilidade compartilhada na gestão social do destino coletivo e na redistribuição dos benefícios do trabalho comum (RESTREPO, 1992; LEMOS; FACEIRA, 2015; PARAMIO, 2009).

Em busca dessas mudanças, os movimentos sociais vêm construindo de forma gradativa e levando ao espaço público assuntos antes considerados de caráter privado e individual como, por exemplo: as relações étnicas, de gênero, homossexualidade, entre outros, para serem debatidos de forma coletiva e pública, constituindo objetos de políticas públicas (LEMOS; FACEIRA, 2015).

É necessário frisar que os novos movimentos sociais diferem pela sua autonomia e pela sua orientação para a própria emancipação em um contexto de libertação global. Sua novidade não é necessariamente cronológica, mas, sobretudo, qualitativa e política. Esses atores geralmente não estão a serviço de uma organização partidária, concentram-se na identificação, promoção e defesa dos interesses da população. Por outro lado, alguns dos movimentos sociais sofrem constantemente tensões devido a inúmeras tentativas de criminalização além das grandes dificuldades que as elites hegemônicas têm em aceitar como legítimos os movimentos sociais das “minorias”, ou seja, dos subalternos em países como o Brasil, onde os valores estão invertidos (WARREN, 2010).

Diante de todas essas considerações, acredita-se que os argumentos utilizados por Tatagiba, Abers e Silva (2018) resumem bem a definição de movimentos sociais e suas relações com as políticas públicas. Conforme expressam esses autores, os movimentos não são apenas membros de um subsistema de política pública ou até mesmo de um regime político, esses são na verdade atores coletivos que demandam e configuram os subsistemas e os regimes existentes. Ou seja, os movimentos procuram aproveitar os caminhos dados por uma conjuntura, tentando utilizar da presença de seus aliados e do poder dos mesmos, dos canais de participação para o processo decisório, além de buscar mudanças no ambiente institucional que operam as políticas públicas. “Portanto, entender a capacidade de movimentos influenciarem as políticas públicas requer não somente identificar os pontos de acesso, mas entender os processos de interação entre movimentos sociais e outros atores (estatais e não estatais) que resultam na construção e reconstrução de políticas e instituições (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p.112).”

3 Metodologia

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla realizada desde 2018, que teve como objetivo compreender a atuação de movimentos sociais em prol dos atingidos por usinas hidrelétricas e mineração. Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva, pois busca fazer uma análise comparativa do histórico do MAM e MAB e sua relação com as políticas públicas, em prol dos direitos dos atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil. Foi solicitado inicialmente à regional mineira desses movimentos que indicassem lideranças para serem entrevistadas. Todos foram entrevistados, por meio de um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

4 Resultados e Discussões

De um modo geral, observa-se que a formação dos movimentos sociais no Brasil ocorre em momentos específicos da história e que as diversas mudanças políticas, sociais,

ambientais e econômicas na conjuntura brasileira podem intensificar as desigualdades e impulsionar as minorias a reivindicar seus direitos. Com relação a formação do MAB e do MAM, pode-se verificar, por meio dos relatos dos entrevistados, que suas origens ocorreram em contextos variados e em momentos distintos, entretanto, existem algumas características semelhantes, por exemplo, ambos são formados pela população atingida, têm como princípio a participação social, são advindos de impactos de grandes empreendimentos econômico.

Dessa maneira, com intuito de compreender a formação histórica e organização desses movimentos, de modo a delimitar as implicações para as políticas públicas que visam os direitos dos atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil, os resultados serão apresentados em três categorias: surgimento dos movimentos, organização dos movimentos e por fim, trajetória dos movimentos.

4.1 Surgimento dos movimentos

Analisando a estrutura social e a conjuntura histórica do Brasil, percebe-se que o país após a ditadura militar, teve um crescente aumento nos direitos de liberdade, de expressão e manifestação, isso se sucedeu com o processo de democratização brasileira. Os movimentos sociais passaram a se organizar em prol de causas sociais diversas com o objetivo de formular políticas públicas, principalmente, para garantir direitos de grupos vulneráveis. Com a abertura econômica brasileira na década de 90, muitas empresas transnacionais se instalaram no Brasil, país conhecido por sua abundância em recursos naturais. Nesse contexto, o processo de industrialização se intensificou, aumentando assim, o número de empresas geradoras de energia e de extração mineral. Da mesma forma, houve o aumento de grupos sociais atingidos por empresas desses setores. Com isso, as problemáticas envolvidas em torno dos atingidos por mineração e barragens se intensificaram, assim sendo, necessária a formulação de políticas públicas para esse grupo (MILANEZ, 2013; VAINER, 1992).

O MAB surgiu nas décadas de 1970 e 1980, em meio ao intenso processo industrial que acontecia no país, em que grandes obras começaram a ser construídas visando o desenvolvimento econômico e ignoravam completamente as pessoas que viviam nos territórios e entornos atingidos por esses empreendimentos. Esse:

“foi criado pelos atingidos, ele surgiu principalmente da revolta dos atingidos por barragens mais ou menos no ano de 1970, quando o processo industrial do Brasil estava num período muito intenso” (B1)

“se reuniam por demandas dos impactos das hidrelétricas, por exemplo hidrelétrica de ITA no sul, aí tinha a comissão de atingidos ou associação de atingidos da hidrelétrica de ITA, (to dando um exemplo)” (B2)

O MAM, por sua vez, teve sua origem mais tardia, iniciou em 2012, com a intensificação dos conflitos advindos das atividades de mineração no Pará. Os entrevistados relatam que apesar da mineração existir desde os primórdios do Brasil, foi

nos últimos anos que ela se acentuou em todo o país e houve o aumento das lutas pelos direitos dos atingidos.

“justamente quando começou a pipocar projetos de mineração no Brasil inteiro, né, então se intensificou os conflitos, né, a nível de Brasil, o papel da mineração na economia, mas também na vida das pessoas, né.” (M1).

“fundado a partir de 2012 pelo acúmulo de lutas que estavam ocorrendo em especial na região da Amazônia, principalmente, na região de Carajás, município de Marabá, Parauapebas onde concentra hoje o maior complexo minerário do mundo que é o grande projeto Carajás da Vale” (M3).

Pode-se observar que os dois movimentos estudados se originaram em momentos distintos da história brasileira, entretanto, observa-se que ambos foram constituídos a partir da necessidade de assegurar os direitos da população atingida.

“Eles precisavam fazer alguma coisa senão eles seriam engolidos por esses grandes projetos, não seriam indenizados nas suas perdas né, e eles precisavam se organizar.” (B1).

“Houve uma necessidade, porque não existia o movimento né, mas uma necessidade de se organizar e entender” (M2).

Outro fator semelhante são os atores envolvidos no processo histórico, percebe-se que em ambos os movimentos, os atingidos foram os responsáveis por sua criação. No caso do MAB houve uma grande influência e *“participação da igreja católica de base, o apoio de certos setores da instituição, bispos, padres, que até os anos oitenta eram bem comprometidos (B7)”* e atuavam na defesa dos direitos das minorias, além do mais os próprios atingidos tinha consciência que *“era preciso se unir para conquistar os direitos, porque cada um individualmente não conseguia os seus direitos né, as empresas não pagavam adequadamente essas pessoas (B6)”*.

Ambos os movimentos são advindos da força e do apoio de vários atores. Um dos principais percussores do MAM é o MST e a Via Campesina. Visto que:

“De 2008 até chegar em 2012 foi um percurso que foi puxado pelo MST do Pará de tentar levantar a bola e de dizer que a mineração não é um problema só da mineração. No Brasil, tomou proporções enormes em termos de conflito social e esse é um problema nacional, em 2012 quando a gente faz essa reunião era na ideia de dizer, olha é um problema nacional ai tinha uns enormes estados reunidos quarenta e pouca pessoas, pessoas que tinha já na sua trajetória de militância o envolvimento ali com os conflitos de mineração (...)a gente passou quase uma semana reunido e constata que precisava criar um movimento que tivesse um

credor nacional pra lidar com esse monstro que é a mineração hoje que também cresceu muito nesse último período no Brasil” (M4).

“A partir de 2012 na via campesina com um forte apoio do MST do Pará chama uma reunião no intuito de convocar esses diferentes sujeitos na proposta de construir um movimento nacional popular que debatesse a questão mineral” (M3).

Além disso, o MST também é um ator presente na construção e consolidação do MAB, principalmente, em Minas Gerais, visto que os impactos causados por grandes empreendimentos hidrelétricos e construções de barragens são pautas presentes em ambos os movimentos, devido as retiradas da população ribeirinha e comunidades de suas terras, dessa forma esses movimentos viram que poderiam trabalhar de forma conjunta e dar suporte um ao outro. Para reforçar esse argumento o B1 argumenta:

“alguns projetos que vinham se desenvolvendo aqui em Minas e que estava gerando várias violações de direitos, então as pessoas também entenderam que se organizando e entendendo a ordem da bandeira MST que conseguiam muitas conquistas, começou também a se organizar nesses projetos que tinham aqui em Minas”

Percebe-se que apesar dos movimentos estudados surgirem em contextos diferentes da história do país, ambos são frutos da luta dos atingidos que buscaram se mobilizar. Além disso, existem inúmeros atores que podem dar suporte e ajudar na consolidação de seus objetivos, o que vai de encontro com o argumento de que ambos os movimentos reconhecem que o trabalho coletivo com outros atores pode dar suporte e influenciá-los positivamente e suas pautas, mas esses devem ser bem administrados e estruturados de forma a manter o controle e autonomia do mesmo. Dessa maneira, o próximo tópico irá explicar um pouco melhor como ambos os movimentos sociais se organizam.

4.2 Organização dos movimentos

Ao passo que os movimentos tomam forma, legitimam-se e estabelecem suas diretrizes, objetivos e ideais a serem defendidos, alguns aspectos concretizaram-se para que tenham ordem e dinamismo dentro dos grupos, direcionando e potencializando assim, a organização, a estrutura, as ações, as fontes de recursos, entre outros elementos que constituem os movimentos em questão.

No tocante à organização e às estruturas dos movimentos estudados, o MAB acredita que estes são elementos fundamentais para que a luta se concretize e as ações sejam desenvolvidas. Além disso, a participação dos atingidos nessa organização do movimento é o que legitima e impulsiona sua existência, conforme relatado pelos entrevistados B1e B4:

“Nossa primeira forma de se organizar e no nosso grupo de base, são as famílias que são diretamente atingidas lá nas comunidades, elas formam um núcleo de mais ou menos quinze pessoas, e esse núcleo ele tem um coordenador e uma coordenadora, que são onde acontece as reflexões dos problemas causados pela, por essas obras (...) Então as pessoas do grupo de base fazem parte da coordenação regional. Que fazem parte da coordenação estadual que fazem parte de uma grande coordenação nacional e tem quase todos os estados do Brasil” (B1)

“Bom, o MAB é constituído inicialmente pelas organizações dos atingidos, né, dos atingidos, das atingidas em cada região, em cada comunidade, em cada cidade. (...)Atingidos que fazem o movimento ser movimento e tem os coletivos de direção que a gente garante todos os passos em direção do movimento pela ação das coletivas, então é um movimento que não tem presidente, não tem cargos, não tem nada disso” (B4).

Da mesma forma, o MAM, apesar de ser um grupo criado mais recentemente, também demonstra a preocupação em organizar-se para que exista a participação coletiva e a concretização dos planos, principalmente, através da formação dos grupos de base.

“O minero duto passa em diversas comunidades e dentro dessas comunidades a gente faz reunião de grupos e institui grupos de base do movimento” (M3).

“Nós organizamos dentro dos espaços da coordenação, coletivos ou coordenação nacional ou coletivos estaduais e operamos dentro das secretarias operativas de cada estado” (M4).

A organização de ambos os movimentos têm como atores fundamentais os atingidos e procuraram desenvolver estruturas bem definidas para que as ações sejam executadas com representatividade, essa organização se faz necessária para que os movimentos alcancem cada vez mais regiões do Brasil, considerando que é um país de dimensões extensas. Ambos se apresentam em diversas regiões do Brasil.

“O MAB (...) está em cinco regiões se não me engano, a gente está no Norte, no Vale do Jequitinhonha, no Leste, na Zona da Mata, é, são quatro regiões, a gente está nessas quatro regiões” (B1).

“Mas o MAM (...) está em 13 estados se eu não me engano, e assim que massificar, nós estamos todo mundo na base, mais pra chamar mais o povo e colocar mais o povo, quanto mais pessoas melhor” (M6).

Essa organização se dá principalmente pela necessidade do alinhamento das ações dos movimentos. Em geral, existem ações que são base para todas as regiões do Brasil, mas também existem atividades específicas para cada localidade de acordo com a

necessidade. A organização, os diálogos, os debates, a informação, a pressão ao governo e a luta pelos direitos e pela representatividade dos atingidos são atuações indispensáveis para os dois movimentos em questão.

Esses meios de organização vão de encontro com o pensamento de Albuquerque (2012) de que os movimentos sociais são atores da sociedade civil, que buscam formalizar a luta de indivíduos que reivindicam pautas parecidas, a fim de fortalecer os mesmos diante do embate com as inúmeras forças antipopulares que lucram ignorando práticas que visam o bem-estar da população e do meio ambiente. Com isso, os movimentos sociais através de caminhos participativos podem atuar na esfera pública, na busca de uma gestão social, elaborando propostas formalizadas que visam a dissolução do problema. Como por exemplo:

“Realizar as assembleias populares da mineração (...) fazer o debate da mineração nos municípios, né então construir grandes assembleias em várias organizações para fazer debate mas também para pensar ações de enfrentamento de organização em relação à mineração” (...) “a participação se dá através da vivência cotidiana, assim né. Então a gente realiza reuniões com a comunidade pra debater os problemas e pensar encaminhamentos” (M1).

“tem um aspecto básico nosso, que é o, e de qualquer movimento social de massa né, que é muita gente, é fazer o permanente trabalho de base, ou seja é estar com, conviver com as pessoas, as comunidades, fazer diversas iniciativas de diálogo com esse povo atingido, compreender os sentidos né que eles têm, ou como eles entendem esse processo de violação de direitos humanos, é construir com eles formas de organização na base e de pressão com outras empresas e com outro Estado para criar o direito delas, então isso vai basicamente, é isso que está sendo reproduzido no Brasil inteiro, dentro de orientações gerais da militância, pois basicamente é isso que nós fazemos né, que é fazer que ao pôr o povo na base organizar isso quer dizer que nesse processo, nesse movimento nós vamos buscar informação e construir informação com o povo e transformar o poder popular” (B7).

Observa-se uma similaridade nas formas de organização do MAM e do MAB no que diz respeito as formas de participação, reivindicação e luta por direitos. Neste sentido, para que as ações sejam realizadas e existam atores que impulsionem e dediquem-se a luta, os recursos são indispensáveis.

O MAM dispõe de estratégias para que os recursos sejam captados, essas:

“São de diferentes formas, seja com contribuições de parceiros sindicatos, igrejas ou pessoas físicas que se voluntariam a contribuir com o movimento(...) de autossustentação aí dentro desses grupos de base as famílias contribuem mensalmente com o movimento(...) não há uma fonte única mas há uma busca constante atrás de recursos muitos escassos pra nós” (M3).

Já as arrecadações do MAB, se dão por meio de:

“algumas parcerias com ONGs internacionais, que a gente faz projetos também, escreve projetos, faz os trabalhos com os atingidos e depois presta conta pra essas outras ONGs, as vezes de outros países(...) projetos junto aos governos, governo federal, governos estaduais, em todos os estados do Brasil, então a gente vai lá cobra dos governos, as reivindicações de direitos e a gente consegue alguns projetos (...) produção de horta, projetos de placa solar, projetos de várias coisas, de artesanatos pra mulheres, essas coisas todas, então isso também ajuda a fazer com que o movimento funcione” (B1).

Além disso o MAB também:

“Participa de editais né públicos, relação com o próprio governo né, então quando a gente faz lutas, reivindicações pressão nos governos a gente conquista também acesso a alguns projetos né (...) de contribuição direta com o movimento né, então os atingidos que participam do movimento é feito uma, um combinado, uma relação de que as pessoas deveriam contribuir também para a organização” (B6).

Toda essa forma de organização, arrecadação e estrutura desses movimentos têm como objetivo fazer com que os caminhos percorridos para alcançar suas pautas sejam amenizados, principalmente, para que os resultados cheguem realmente à população atingida, por meio de projetos, ações sociais e, principalmente, por meio de políticas públicas efetivas e consolidadas.

As formas de organização desses movimentos vão de encontro com o pensamento de Tatagiba, Abers e Silva (2018), visto que esses argumentam que os movimentos não são apenas membros de um subsistema de política pública ou até mesmo de um regime político, mas, na verdade, são atores coletivos que demandam e configuram os subsistemas e os regimes existentes. Ou seja, os movimentos procuram aproveitar os caminhos dados por uma conjuntura, tentando utilizar da presença de seus aliados e do poder dos mesmos, dos canais de participação para o processo decisório, além de buscar mudanças no ambiente institucional que operam as políticas públicas.

E é justamente isso que ambos os movimentos sociais estão buscando, por meio de força e apoio junto ao demais atores (aliados) com pautas similares, em prol de voz para participação no processo decisório e de todo processo de políticas públicas que beneficie e busque mitigar os impactos sofridos pelos atingidos por mineração e barragens. Esse argumento será reforçado no tópico seguinte ao descrevermos um pouco da trajetória dos movimentos sociais e o quanto isso influenciou em suas conquistas.

4.3 Trajetória dos movimentos

Pode-se observar que ao longo da trajetória do MAM e do MAB aconteceram diversos encontros, lutas e reuniões. Conforme expõem Amenta *et al.* (2010), esses

acontecimentos podem representar uma forma eficaz para os movimentos sociais impulsionarem seus resultados por meio de mobilizações, que resultem em visibilidade e influência política.

As mobilizações que marcaram a história dos movimentos estudados resultaram em mudanças significativas em sua estrutura e na definição de seus objetivos, tendo em vista que ambos são movimentos organizados pela sociedade, que atuam ativamente na esfera pública em prol de grupos sociais atingidos pelos empreendimentos minerários e por barragens.

Em uma reunião do MAM que aconteceu em 2013 sua nomenclatura foi repensada “*daí ele deixa de ser Movimento dos Atingidos pela Mineração e passa a ser (...) Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração*” (M8), visto que o nome Movimento dos Atingidos pela Mineração não englobava a amplitude e seriedade do qual o movimento tinha como objetivo naquela época. Um dos motivos para a criação do movimento foi pelo fato da percepção que se teve do quanto o Brasil é impactado pelas mineradoras, em suas diversas regiões. Nessa reunião, o MAM percebeu que a luta não seria voltada apenas aos atingidos por mineração e sim pela soberania popular frente as questões da mineração, para que se desenvolva um modelo minerário mais justo.

Em prol dessa soberania popular e do meio ambiente, o MAM vem buscando desde 2013 um código de mineração mais apropriado. Para isso:

“O MAM participando ativamente na construção no comitê nacional dos territórios frente a mineração que envolvia centenas de organizações seja de movimentos populares sindicatos, indígenas igrejas, alguns partidos parlamentares dentro do comitê a gente elaborou uma serie de forças pra influenciar a formulação do código da mineração não só com emendas concretas mas também com pontos políticos que depois se desdobraram nas emendas que foram incluídas no meio, por exemplo(...) um dos pontos seria o que fixar taxas e ritmo da exploração mineral associado a um projeto de desenvolvimento, e outro é fixar áreas livres de mineração tem regiões que há jazidas minerais mas não há vocação.” (M3)

Outro encontro que marcou a trajetória do MAM foi o encontro nacional, realizado em maio de 2018 em Parauapebas, que teve como objetivo comemorar os seis anos de criação do mesmo, reunir os sujeitos em conflito com a mineração de todo Brasil, representantes de dezesseis estados, de modo a promover o debate sobre a questão mineral e mostrar de forma sintética toda trajetória do movimento até aquele momento.

“Fizemos muitos momentos de encontros, vários cursos de formação nacionais, mas a gente quis criar esse marco do encontro nacional que é pra celebrar esses seis anos da construção” (M4).

Além disso, o MAM “*tem vitórias, né. Tem vitórias aí do ponto de vista de não ter deixado as mineradoras entrar, de conseguir denunciar pra fora as contaminações existentes*” (M8). Pois o movimento trouxe “*essa discussão através da comunidade, através das bases, né. É o povo dizer não, né. Ou o povo entender que precisa ser reparado, né. O*

povo entender os direitos que precisam ser reparados. Acho que esse é o principal, assim, avanço que a gente tem tido nos últimos tempos, né” (M1).

Com relação ao MAB, vale lembrar que antes *“a gente era contra as barragens, mas hoje em dia a gente não é contra as barragens. A gente acha que o modelo energético tem que ser permeado pelo social” (B3)*, mas agora temos consciência que temos que considerar a *“participação da população, participação dos usuários da energia, participação dos atingidos e participação de toda a sociedade no controle dessas estruturas, nos preços e nos projetos, no que vai ser implantado, no plano do desenvolvimento das ações de fato” (B3)*. Em busca disso, o MAB também realiza encontros nacionais que visam discutir suas pautas e projetos. Nesse contexto:

“O MAB foi se desenvolvendo no sentido de sair da luta apenas pela indenização justa, pela indenização monetária, limitada, passando pelo debate, o direito à terra, e o direito ao reassentamento, e evoluindo para considerar os elementos, a reparação integral aos direitos dos atingidos, ou seja, garantir todas as condições e todos os aspectos pessoais e familiares comunitários para que os atingidos por barragens tenham a reconstrução de suas vidas garantidas, e o que vai além da indenização justa, vai para além do direito do reassentamento, tem uma série de garantias.” (B7)

Uma curiosidade sobre esses encontros é que *“a gente realizou agora em 2017, o 8º Encontro Nacional do MAB, em que toda alimentação do encontro foi os próprios atingidos que organizaram, organização a cozinha, trouxeram bujão de gás, trouxeram tudo e a gente garantiu alimentação de quase 4 mil pessoas” (B3)*.

Outro ponto que vale ser ressaltado é a luta pela consolidação de uma política nacional, que foi transposta em uma cartilha formulada juntamente com o ministério público, que se encontra no site do MAB, vale lembrar que essa ainda é um projeto, porém bem estruturado e detalhado. Mas o movimento:

“Tem essa luta nossa pra consolidar uma política nacional e também políticas estaduais ne (...) estamos nessa tentando no rio grande do sul o movimento conseguiu ne fazer isso (...)mas conseguiu através da pressão do diálogo e das lutas no estado (...)a ideia era fazer isso em todos os estados ne e no mais assim no que o MAB já construiu pros atingidos (...) o legado das lutas dos atingidas ela pode ser usada ne então se um atingido é atingido amanhã por uma barragem ele não sai do nada ele já sabe que ou ele as vezes ele não sabe mas ele tem uma condição melhor de conseguir um reassentamento de conseguir um trabalho, uma indenização monetária de conseguir uma ativação econômica porque outros atingidos já fizeram essa luta já conquistaram isso e se esse camarado foi atingido amanhã se mobilizar e souber disso a empresa não vai conseguir fazer uma negociação pior do que já foi feita na história ne porque isso já foi conquistado através das lutas então esse que eu vejo que é o maior contribuição do movimento pra população atingida né”(B5)

O depoimento reforça a importância da trajetória dos movimentos, visto que esses fazem com que as pessoas atingidas tenham no que se apoiar para lutar pelos seus direitos, além do mais, o movimento pode dar um grande suporte para as que serão atingidas futuramente, para que essas não tenham nenhum direito violado. Dessa forma, todo caminho percorrido pelos movimentos trouxe aprendizado para os mesmos, e esses aprendizados foram transpostos em suporte a população atingida, fazendo com que os movimentos fossem cada dia mais consolidados, fortes e experientes.

A trajetória dos movimentos vai de encontro com o argumento de Alonso (2012), visto que essa acredita que os movimentos sociais são construídos juntamente com a trajetória do mesmo, lembrando que cada contexto histórico e estrutural teve um efeito e foi marcado por lutas, reivindicações e formas diferentes, pois a sociedade é atemporal, oscilante e volátil, o que reforça a necessidade dos movimentos desenvolverem repertórios e pautas diferentes, de acordo com cada contexto e necessidade, fazendo com que os movimentos sociais desenvolvam uma trajetória marcada por inúmeros fatores e contextos.

5 Considerações Finais

Os movimentos sociais possuem um papel fundamental na luta por garantias de direitos, uma vez que promovem transformações sociais e interferem no desenho das políticas públicas quando conexos ao Estado. Esta importância justifica a necessidade de compreendê-los de forma mais profunda, analisando suas características e seus marcos históricos, e conseqüentemente, promovendo a comparação entre os movimentos e suas formas de atuação (LE MOS, FACEIRA, 2015; SCHERER-WARREN, 2014).

Foi observado que os movimentos sociais estudados, MAB e MAM, apresentam trajetórias bastante semelhantes, apesar de serem criados em momentos distintos. Os resultados apontam que ambos iniciaram suas formações devido aos impactos que os empreendimentos causam para as populações de territórios atingidos e também pela sobreposição dos interesses econômicos em detrimento aos ambientais e sociais. Além disso, ambos reconhecem a importância que a organização de um movimento seja amparada por parceiros-chave, como instituições religiosas, movimentos que possuem ideologias próximas, líderes locais e outros atores que possam garantir a legitimidade e atrair mais participantes para o movimento. Os dois movimentos sociais se estruturam a partir da participação coletiva, buscando menos autoritarismo e mais democracia. Tanto o MAB quanto o MAM almejam a participação da sociedade, a fim de promover o debate e o diálogo sobre as questões relevantes para todos e desenvolver ações que tenham resultados transformadores para a melhoria das condições dos atingidos e da sociedade em geral. Eles reconhecem a importância da organização dos participantes e das ações para que a proposta maior não se disperse e a luta se concretize.

Dessa forma a partir das três categorias apresentadas nas discussões foram notadas algumas semelhanças entre os movimentos, como por exemplo, ambos são formados pela população atingida, têm com princípio a participação social, são advindos de impactos de grandes empreendimentos econômicos. Além disso por meio da categoria surgimento dos movimentos, foi notado o quanto outros atores podem influenciá-los, como, por exemplo, o MST e a Igreja Católica. Já na categoria organização dos movimentos, foi notado que ambos têm como base as pessoas atingidas e têm consciência

da necessidade e importância de se estruturar monetariamente e pessoalmente, para sua consolidação. E por fim, a categoria trajetórias dos movimentos mostra o quanto, estas são oscilantes e influenciáveis pelo contexto, reforçando, assim, a necessidade de um planejamento dinâmico, realista, contextual e casual. Lembrando sempre que o objetivo principal dos movimentos é garantir os direitos da população atingida, que é seu público alvo.

6 Referências Bibliográficas

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.

ALBUQUERQUE, M. do C. Novos atores e repertórios de ação no movimento pelos direitos do adolescente: repensando a institucionalização. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 166-189, jul./dez. 2012.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

AMENTA, E., et al. The political consequences of social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 287-307, 2010.

ARAÚJO, E. R.; OLIVIERI, R. D.; FERNADES, F. R. C. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAÚJO, E. R. (eds.). **Recursos minerais e sociedade: impactos humanos - socioambientais - econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. do C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, 360-378, maio-ago. 2017.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. do C. A. Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? respostas (não) encontradas nas principais abordagens. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ABCP, 2016.

GIUGNI, M.; YAMASAKI, S. The policy impact of social movements: a replication through qualitative comparative analysis. **Mobilization**, v. 14, n. 4, p.467-484, 2009.

LEMOS, S. da A; FACEIRA, L. da S. Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, v. 5, n. 1, p.171-196, jan/jun 2015

MALFITANO, A. P. S. Políticas públicas e movimentos sociais: atenção à infância e o Programa de Saúde da Família. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, p. 49-66, jun. 1989.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoeextrativismo no Brasil?: uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 19, p. 118-148, jan./jun. 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Organização**. Brasília, DF: Secretaria Nacional, 2014. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/organizacao>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Quem somos**. Brasília, DF. Disponível em: < <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

OLIVEIRA, C. J. da R. **O papel dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas para população atingida por barragens e mineradoras: um estudo fundamentado no modelo de múltiplos fluxos**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

PARAMIO, L. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.1, nov. 2009.

QUEIROZ, A. R. S. de; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1387-1398, jun. 2012.

RESTREPO, L. A. (1992): Movimientos sociales y democracia en América Latina. En: Boletín Americanista. Publicaciones Universidad de Barcelona, p. 79-92, 1992.

SCHERER-WARREN, I.; PASSOS, J. C. dos (Org.). **Relações étnico-raciais nas universalidades: os controversos caminhos da inclusão**. Florianópolis: Atilênde, 2014.

SHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciência Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.

SILVA, I. G. Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. especial, p. 189-194, jul. 2014.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA; ENAP. 2018.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, 2010.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, L.J.M. “Atingidos por Mineração”: Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira. 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – Brasil. 2011.